

A lição que ficou das duas moratórias

Celso Pinto*

O ex-presidente José Sarney disse a um amigo que, na sua recente conversa com o presidente Fernando Collor, lhe ofereceu um conselho.



"O maior equívoco que eu cometi no meu governo foi ter feito a moratória", ensinou Sarney, um entusiasta da moratória, por motivos políticos menores, meses antes que seu ministro, Dilson Funaro, estivesse convencido de suas virtudes. Sarney referia-se à sua primeira moratória, de fevereiro de 1987, mas a lição completa só pode ser aprendida se for considerada também sua segunda moratória, a de julho de 1989.

A primeira foi voluntária, feita por um ministro "heterodoxo", que vinha desafiando, desde o início, as regras do jogo fixadas pelos credores para a dívida externa. A segunda foi inevitável, feita por um ministro "ortodoxo", que assinou um acordo tradicional com os banqueiros meses depois de subir ao poder e que sempre manteve uma atitude "cooperativa" em relação aos credores internacionais. Uma foi feita com orgulho, a outra com pesar.

O calote de Funaro pretendia ter sido o ponto de partida para um novo plano de ajuste interno. Tão logo foi anunciado, Sarney percebeu que seus dividendos políticos foram ma-

gros. Funaro foi abandonado e o ajuste interno nunca foi feito. O calote do ex-ministro Mailson da Nóbrega seguiu o fracasso do seu plano de ajuste e o esvaziamento do caixa externo.

Nos dois casos, certamente o Brasil sofreu perdas de recursos e investimentos externos, mas é preciso cuidado ao tecer as relações causais. A atitude cooperativa de Mailson ajudou a fechar rapidamente um acordo com o FMI e outro com os bancos, mas não a recheiar os cofres do País: ambos só desembolsaram uma primeira parcela minguada de dinheiro, o crédito oficial jamais apareceu, nem os investidores, enquanto o Brasil continuou a pagar em dia os juros aos bancos. Meio ano depois, Mailson foi obrigado a fazer sua moratória.

A verdadeira moral da história é mais complicada do que simplesmente sugerir que o confronto com os credores é a fonte de todos os males e a cooperação, a origem de todas as virtudes salvadoras, como alguns voltaram a argumentar depois da mudança do comando econômico do governo Collor. Nem a moratória foi suficiente para resolver o "imbroglio" econômico interno, nem o acordo de Mailson, por si só, deu estabilidade para a economia. Faltou, nos dois casos, um efetivo ajuste econômico interno, sem o qual nem a economia se estabiliza, nem os recursos externos voltam. Haja confronto ou haja cooperação.

* Correspondente deste jornal em Londres.